

## CARLOS LAMARCA NA IMPRENSA BRASILEIRA: O GUERRILHEIRO QUE PENSAVA COMO CAPITÃO

Jefferson Gomes Nogueira<sup>57</sup>

E-mail: Jefferson\_gn35@yahoo.com.br

**RESUMO:** Este artigo reporta-se a história recente de nosso país: O Regime Militar instaurado por meio de um golpe em abril de 1964. Atemos aos acontecimentos que marcaram a resistência armada àquele regime, tendo na figura de Carlos Lamarca, um ex-capitão dissidente do Exército Brasileiro, o personagem histórico que figura no imaginário político brasileiro numa mescla entre os mitos do herói e do bandido terrorista.

**Palavras - chave:** luta armada – Lamarca – Imprensa.

**ABSTRACT:** This article remembers the contemporary history of our country: The Military Regime which was established by a coup d'état in April 1964. We will carefully analyze the armed opposition of this regime, which had in Carlos Lamarca, the dissident former-captain from the Brazilian Army, a historic character who represents the imaginary Brazilian politician as a mix between the hero and terrorist bandit myths.

**Keywords:** armed combat – Carlos Lamarca – Press

Buscando na construção narrativa de fatos históricos da história recente do nosso país, principalmente aqueles que envolveram as organizações de esquerda que protagonizaram a luta armada no período de 1969/1971, nosso interesse o personagem histórico Carlos Lamarca, um capitão do Exército Brasileiro que no início de 1969 rompeu seus vínculos com aquela instituição e mergulhou na luta armada à frente da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) para combater o Regime Militar.

---

57 Sociólogo e Mestre em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Mestrando em Educação pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS).

Professor do Curso de Pós-graduação do Instituto Master de Educação e Cultura- Campo Grande-MS

O estudo desse período vem despertando o interesse de milhares de brasileiros. A imprensa brasileira também tem dado atenção especial a este tema e cresce a produção acadêmica e publicações sobre aquele período. Fico (2004, p.30) destaca que “a explicação certamente fundamenta-se no fato de que velhos mitos e estereótipos estão sendo superados”<sup>58</sup>, graças à pesquisa histórica factual e ao profissionalismo e “desprendimento político” que o distanciamento histórico está possibilitando.

Ao mesmo tempo, clichês sobre o golpe de 64, os militares e o regime também vão sendo abandonados, como a idéia de que só após 1968 houve torturas e censura [...] Por tudo isso, podemos falar de uma nova fase da produção histórica sobre o período. (FICO, 2004, p. 30)

A produção historiográfica brasileira que se ocupa do período denominado como “luta armada”, período este que teve sua fase mais ne-frágica entre os chamados “anos de chumbo” (1968-1974)<sup>59</sup>, possui um número expressivo de obras voltadas para reconstituir o clima de terror vigente naquele período, contra aqueles que se opuseram ao regime. Dentre diversos autores que vivenciaram o período em questão, destacamos o autor marxista Jacob Gorender, que com seu livro *Combate nas Trevas*, faz uma análise crítica ao golpe e ao Regime Militar, bem como dos grupos armados que combateram o regime.

A memória da esquerda foi se consolidando com autores como o jornalista Fernando Gabeira e sua obra *O que é isto companheiro?* e a obra *Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade*, do historiador Daniel Aarão Reis Filho, além de *Viagem à luta armada*, de Carlos Eugênio Paz, autores que participaram da luta armada. Esses autores contribuem para que tenhamos uma memória “viva” dos acontecimentos daquela época, pois nos ajudam, em complementação a outros trabalhos, a compreendermos o ambiente revolucionário e repressivo por que passou a sociedade brasileira.

O papel da imprensa e a ação da censura na produção jornalística diária foram analisados tendo por base as obras *O Bravo Matutino. Imprensa e Ideologia: O jornal O Estado de São Paulo*, de Maria Helena Prado

---

58 FICO, Carlos. As controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24. n° 47. p. 30, 2004.

59 Os “anos de chumbo” é a denominação dada ao período mais repressivo da **ditadura militar** no Brasil, estendendo-se basicamente do fim de 1968, com a edição do AI-5 em dezembro daquele ano, até o final do governo Médici, em março de 1974.

Capelato e Maria Lígia; a obra *Imprensa e Estado Autoritário (1968-1978), o Exercício cotidiano da dominação e da resistência O Estado de São Paulo e Movimento*, EDUSC: 1999, da Historiadora Maria Aparecida de Aquino, e *Cães de Guarda – Jornalistas e censores do AI5 à Constituição de 1988*, de Beatriz Kushnir.

Estas obras nos permitiram compreender como os militares controlavam a população através dos meios de comunicação, da informação e da imprensa. Em *As manobras da informação*, João Batista de Abreu analisa criticamente a cobertura jornalística no período de 1960 a 1970, dando ênfase à forma e ao conteúdo das principais reportagens sobre a forte censura do Regime Militar.

A importância da imprensa, como instrumento eficaz de controle social foi amplamente utilizado pelos militares. Seu papel de formadora de opinião que tem na notícia uma categoria suscetível de manipulação na construção da realidade e dos fatos históricos, foi trabalhado através da obra de Maria de Lourdes Motter, intitulada “*FICÇÃO E HISTÓRIA, Imprensa e Construção da Realidade*”.

Estas obras, que expressam o sentimento daqueles que vivenciaram o período, juntamente com os depoimentos históricos e a produção científica disponível, nos possibilitaram uma reconstrução na análise dos fatos históricos, onde o relativo distanciamento que alcançamos hoje nos permite romper com a relação de amor e ódio que permeia o imaginário político brasileiro, quando se trata de análise dos 21 anos de ditadura militar no Brasil.

Dentro do contexto de escassez de fontes documentais sobre o Regime Militar em geral, e, sobre a luta armada em particular, os registros jornalísticos de época são uma fonte preciosa para análise e reconstituição dos principais acontecimentos referente aquele período, através do discurso produzido por parte da imprensa brasileira.

No período “pós-golpe 64”, as Forças Armadas experimentaram na prática a afirmação clássica de Maquiavel<sup>60</sup>, de que mais difícil do que a tomada do poder é a sua manutenção. Naquele contexto de luta pela tomada do poder político, estavam em jogo interesses de vários segmentos so-

---

60 MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe: escritos políticos**. São Paulo: Victor Civita, in coleção os Pensadores, 1983.

ciais, inclusive dentro das próprias Forças Armadas havia uma dicotomia clara na disputa pelo poder, a qual se dava basicamente entre aqueles que apoiavam o General Castello Branco, os chamados “intelectuais da *Soborn-ne*” de um lado; e por um seguimento que apoiava o General Costa e Silva, os chamados oficiais “linha-dura”, de outro<sup>61</sup>.

A compreensão desta complexa rede de interesses na arena política antes e após o golpe de 64 requer um esforço redobrado daqueles que se enveredam pelos caminhos tortuosos da análise da luta armada e da repressão no Brasil.

Outra fonte importante de nosso trabalho foi um conjunto de documentos considerados confidenciais de 954 páginas, intitulado “*PROJETO ORVIL: As tentativas de tomadas do poder*”<sup>62</sup> que traz a versão não publicada do Exército Brasileiro sobre as diversas tentativas de tomada do poder pelos comunistas, de 1922 até 1974. Este livro foi chamado por muitos de o “*livro proibido*” do Exército, e há registros de que algumas páginas foram publicadas em alguns jornais em Minas Gerais, durante o período de redemocratização.

Dentre as dezenas de organizações de esquerda que viram a luta armada a única via capaz de fazer frente ao governo militar implantado em 1964 e consolidado com o Ato Institucional número 5 (AI5), uma faz parte de nosso objeto de estudo: Trata-se da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). O que a distingue das demais organizações é o caráter militar inerente à formação de seus quadros, na maioria, ex-integrantes das Forças Armadas Brasileira.

---

61 AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa, Estado Autoritário. (1968-1978)**. São Paulo: EDUSC, 1999, p.57.

62 “No segundo semestre de 1985, a Seção de Informações do Centro de Informações do Exército-atual Divisão de Inteligência do Centro de Inteligência do Exército - recebeu a missão de empregar os seus analistas, além de suas funções e encargos normais, na realização de uma pesquisa histórica considerando o período que abarcasse desde os antecedentes imediatos da Contrarrevolução de 31 de março de 1964, até a derrota e o desmantelamento das organizações e partidos que utilizaram a luta armada como instrumento de tomada do poder. [...] Visando a resguardar o caráter confidencial da pesquisa e a elaboração da obra, foi designado uma palavra-código para se referir ao projeto –ORVIL – livro escrito de trás para frente. Em fins de 1987, o texto de aproximadamente mil páginas estava pronto. A obra recebeu a denominação de *Tentativas de Tomada do Poder*. Apresentado ao ministro Leônidas Pires Gonçalves, este não autorizou a sua publicação – que seria a palavra oficial do Exército-, sob a alegação de que a conjuntura política não era oportuna. (USTRA, 2006, p.9). O Projeto ORVIL está disponível em [www.averdadesufocada.com](http://www.averdadesufocada.com), acesso em 2008.”

O principal líder, e um dos fundadores da VPR, foi o ex-sargento Onofre Pinto; entretanto, em janeiro de 1969 surge outro ex-militar que iria ganhar notoriedade dentro da VPR e da mídia em geral. Trata-se do Ex-Capitão de Infantaria do Exército Brasileiro, Carlos Lamarca, que desertou em janeiro de 1969, pouco após a decretação do Ato Institucional número 5 (AI5), e incorporou-se de vez à VPR, onde já militava, clandestinamente, deste o ano anterior.

### Carlos Lamarca: O “Capitão Guerrilheiro”



Cad n. 198 — Carlos LAMARCA

Nascido na cidade do Rio de Janeiro, no dia 27 de outubro de 1937, ingressou na Escola Preparatória de Pôrto Alegre, onde concluiu o curso em 1957. Coursou a AMAN nos anos de 58 — 59 — 60 e foi declarado Aspirante da Arma de Infantaria no dia 4 de dezembro de 1960.

Álbun de formatura da AMAN. Cadete 198 - Carlos Lamarca/1960<sup>63</sup>

Carlos Lamarca nasceu na cidade do Rio de Janeiro, no bairro Estácio, centro da cidade, em 1937. Foi no Colégio Militar de Porto Alegre-RS que Lamarca consegue realizar seu sonho de ingressar no curso preparatório de Cadetes do Exército. Em 1958 Carlos Lamarca ingressa na Academia Militar das Agulhas Negras, na cidade de Resende, Rio de Janeiro. Em 04

63 ANJOS FILHO, Zenir Rodrigues dos. **Carlos Lamarca – significação mítica e história.** Iconografia. Dissertação de Mestrado em História-Universidade Federal de Uberlândia, 2003, 129 f.

de dezembro de 1960, após três anos de estudos e treinamentos militares intensos, Lamarca é declarado Aspirante Oficial, a primeira promoção da longa carreira do oficialato do Exército Brasileiro. Naquele mesmo ano, Lamarca casou-se com sua namorada de infância, Marina Pavan, e teve o primeiro de seus dois filhos, César Pavan. Logo no início da carreira Lamarca começou a destacar-se. Foi servir em um regimento de Quitaúna, Osasco, na grande São Paulo. Em 1962 foi designado para uma Missão de Paz das Nações Unidas, na Faixa de Gaza, entre o Egito e Israel. Sua formação ideológica teve início, por ironia, na própria Academia Militar, onde teve o seu primeiro contato com a literatura de esquerda, “pois mãos misteriosas deixavam a *Voz Operária* sob os travesseiros de alguns cadetes considerados abertos à pregação comunista”<sup>64</sup>.

Quando Lamarca retornou da Palestina, foi designado para servir no Batalhão de Polícia do Exército em Porto Alegre - RS, onde iniciou seu processo de engajamento político. Naquela Unidade Militar, Lamarca comete algumas transgressões disciplinares<sup>65</sup> e resolve pedir transferência para Quitaúna. Na nova Unidade, Lamarca encontra um antigo companheiro, o Sargento Darcy Rodrigues<sup>66</sup>, que havia passado dois meses preso em 1964, mas fora reintegrado ao Exército.

Já em 1968 o grupo de Lamarca entrou em contato com organizações de esquerda, como o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), formado por suboficiais e sargentos ligados a Leonel Brizola, que,

[...] em princípios de 1968, após o fracasso da guerrilha de Caparão, a maioria dos integrantes do MNR juntou-se a uma cisão do grupo trotskista ORM - POLOP, sigla que queria dizer Organização Revolucionária Marxista – Política Operária, para formar a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), tendo como líder o sargento Onofre Pinto. (MACIEL, 2003, p.53)

Lamarca começa então a planejar sua trajetória política de oposição

---

64 ALVES, Márcio Moreira. **68 mudou o Mundo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993, p.53.

65 Em dezembro 1964, na 6ª Companhia de Polícia do Exército, em Porto Alegre, o então Tenente Lamarca responde a um processo administrativo por ter promovido a fuga do Capitão Aeronáutico Alfredo Ribeiro Dandt, acusado de atividades subversivas.

66 O Sargento Darcy Rodrigues foi o “braço” direito de Lamarca no 4º RI e na VPR, foi preso e exilado. Hoje é advogado e está na reserva remunerada do Exército Brasileiro na graduação de Subtenente.



ao Regime Militar, com ações de desvio de armas e munições do 4º Regimento de Infantaria. Seus contatos com as organizações de esquerda se expandiram, e, em 1968, “[...] Lamarca encontrou-se com Marighella, que o convidou a chefiar os grupos armados da ALN [Aliança Libertadora Nacional] e a assinar com ele, logo após seu desligamento do Exército, um manifesto conclamando o povo brasileiro à revolução”.<sup>67</sup> Após este encontro Lamarca começa a correr perigo de ser descoberto.

[...] Não existia alternativa: o capitão e companheiros precisavam sair imediatamente do Quartel. Na tarde do dia 24, eles atravessaram o portão numa Kombi carregada de 63 fuzis FAL e outras armas. A deserção só despertou atenção no dia seguinte. Breve nota de poucas linhas comunicou-a ao público. (GORENDER, 1987, p.137).

A partir daí Lamarca lançou-se na clandestinidade, e, à frente da VPR desencadeou várias ações de guerrilha urbana, bem como montou uma base de treinamentos de guerrilha rural no Vale da Ribeira-SP <sup>68</sup>. Sua curta trajetória termina no Sertão da Bahia, onde foi morto na manhã do dia 21 de agosto de 1971.

Apesar da tentativa da censura em dificultar a divulgação das notícias acerca da morte do Capitão Carlos Lamarca, esta foi noticiada em vários jornais do Brasil, o que fomentou uma curiosidade acerca deste ícone da luta armada. Sua história veio a público através da publicação do Livro “*Lamarca, O Capitão da Guerrilha*”, de Emiliano José e Oldack Miranda, em 1980. Em 1994 sua história é contada no cinema, com o filme “*LAMARCA*”, de Sérgio Resende. <sup>69</sup>

---

67 MACIEL, Wilma Antunes. **Repressão judicial no Brasil: O Capitão Carlos Lamarca e a VPR na Justiça Militar (1969-1971)**. Dissertação de Mestrado em História Social. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2003. p.53.

68 Lamarca tornou-se um dos mais ativos militantes da oposição armada ao Regime Militar brasileiro. Instalou um foco de treinamento de guerrilha rural no Vale da Ribeira, no sul de São Paulo, o qual foi desarticulado em 1970 por forças de diversos órgãos de segurança e do Exército Brasileiro, após a prisão de importantes membros da VPR em abril de 1970.

69 Ficha técnica do Filme Lamarca: Rio de Janeiro, 1994. Direção de Sérgio Resende. Adaptação livre do Livro Lamarca, o capitão da guerrilha, de Emiliano José e Oldack Miranda, de 1980. À época do lançamento do filme, o General Nilton Cerqueira, entrou com uma ação na justiça na tentativa de apreensão das cópias do filme. Nilton Cerqueira era major do Exército e chefiou a equipe de busca que culminou com a morte de Lamarca e seu companheiro Zequinha em 1971.

O Capitão Carlos Lamarca transformou-se num personagem dual: por um lado, tornou-se símbolo da resistência armada ao Regime Militar, por sua disponibilidade para a causa revolucionária, pelo desprendimento e pelo ato de coragem de abrir mão de uma carreira promissora e de sua vida familiar e pessoal; por outro lado, para os militares, tornou-se um símbolo repugnante do desrespeito aos preceitos basilares das Forças Armadas, quais sejam: a ética castrense<sup>70</sup>; a hierarquia e a disciplina militar, sendo por isso considerado um traidor do Exército e da Nação brasileira, além de representar uma ameaça real ao regime, pois não se tratava de um rebelde qualquer, e sim de um inimigo com grande potencial, líder e profundo conhecedor da doutrina militar, exímio atirador e especialista em combates de operações de contraguerrilha.<sup>71</sup>

Ainda hoje a figura emblemática de Carlos Lamarca se vê rodeada de contradições, mitificações, desqualificações, de honras e até de santificação<sup>72</sup>. Nesse processo de construção, negativa ou positiva, da imagem histórica de Lamarca, a imprensa brasileira exerceu um papel fundamental, pois tanto na cobertura dos acontecimentos daquela época, quanto atualmente, com as notícias acerca da promoção *post-mortem* do capitão Lamarca ao posto de coronel em 2007, volta à tona toda uma discussão acerca desse personagem dual da história da resistência ao Regime Militar no Brasil. Esse binômio herói/traidor, e o alijamento de Carlos Lamarca da história do Exército Brasileiro, como se ele não fizesse parte da história do Brasil e da daquela Instituição, é o que despertou nosso interesse.<sup>73</sup>

---

70 Ver: Tavares, Kleber da Silva. **A ética castrense e a intervenção militar como recurso de manutenção da ordem institucional**. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal do Espírito Santo: Vitória, 2009.

71 Setenta dias depois, o então presidente da República, Artur da Costa e Silva (1967-1969), desligou Lamarca do Exército com base no AI-5, “por ter cometido atos de natureza desonrosa à dignidade militar, sem prejuízo das sanções penais cabíveis”. (disponível em [www.cpdoc.fgv.br](http://www.cpdoc.fgv.br), acesso em 20 Dez 07).

72 No interior da Bahia, ocorre um movimento para resgatar a memória de Lamarca, Zequinha, Otoniel e Santa Bárbara, todos mortos pelo Exército em 1971, como mártires da igreja e da luta de libertação do povo brasileiro. (Disponível em [www.emilianojose.com.br](http://www.emilianojose.com.br), acesso em 20 Dez 07).

73 “Em 1996, o então comandante do Colégio Militar de Porto Alegre, coronel José Eurico de Andrade Neves Pinto, retirou o nome de Lamarca da placa e incinerou documentos de sua passagem pelo colégio.” A volta do guerrilheiro. **Zero Hora**, Porto Alegre, 28 mar 2006. Ver relação de anexos.



## O Regime Militar: Lamarca e a subversão na caserna

Pensar na opção de Carlos Lamarca de abandonar uma carreira promissora no Exército Brasileiro, para ombrear com uns poucos brasileiros que ousavam pegar em armas para derrubar um regime fortemente preparado para o combate, requer uma breve reflexão sobre o que se passava no interior dos quartéis naquele período. Como bem destacou Carlos Fico (2004), achar que o segmento militar era um só corpo coeso e uniforme é pura ingenuidade.

Não havia consenso entre os militares sobre os rumos que o país estava tomando depois do golpe de 64. Haviam aqueles militares contrários a tudo o que estava acontecendo, mas que escolheram não se posicionar, prosseguindo na carreira. Outros militares se posicionavam ideologicamente, questionavam o *status quo* e por isso foram cassados pelo novo regime. Alguns poucos militares estavam dispostos a tudo para intervir nos rumos dos acontecimentos, como foi o caso de Lamarca e seu pequeno grupo.

Buscamos refazer o clima tenso que se instalou nos quartéis antes mesmo de março de 1964, e como ocorreu a chamada “esterilização” nas Forças Armadas logo após o golpe. Refazer esta trajetória nos permitirá compreender em que ambiente Lamarca desenvolveu e consolidou seus planos, e como este ambiente efervescente contribuiu para sua tomada de decisão.

Em 31 de março de 1964, partindo da cidade de Juiz de Fora - MG, o general-de-divisão Olympio Mourão Filho, com o apoio do governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, que disponibilizou um contingente de 18 mil homens da Polícia Militar daquele estado, rumou para o Rio de Janeiro com o intuito de desencadear a “Revolução Democrática de 1964”. Da capital mineira, Belo Horizonte, saiu outro grande contingente de militares do Exército e da Polícia Militar sob o comando do general Carlos Luiz Guedes, então comandante da Infantaria Divisionária (ID/4), que se deslocou rumo a Brasília coordenadamente com as tropas de Juiz de Fora. Dessa forma, o movimento de 64 partiu de dois generais de baixa patente<sup>74</sup>, ou seja, o movimento foi desencadeado de “baixo para cima”, o

74 Na hierarquia do Exército Brasileiro, o ciclo dos oficiais generais abrange a seguinte ordenação: general-de-brigada, de-divisão e de-exército. Em casos de guerra pode haver a promoção à Marechal.

que não implica dizer que não tenha sido planejado pela cúpula das Forças Armadas, mas sim que o movimento foi “antecipado” e partiu do impulso do general Mourão Filho.

A deposição do presidente João Goulart, eleito democraticamente dentro das normas constitucionais vigentes, foi consolidada em 2 de abril de 1964, onde grupos militares fizeram opção pelo Marechal Humberto Castello Branco, para assumir a presidência da república. Os setores militares das Forças Armadas, com a aquiescência de segmentos importantes da sociedade civil brasileira, deram início a um ciclo de mais de vinte anos de um regime que culminou com a adoção de medidas extremadas de autoritarismos, cujo marco principal foi a promulgação do Ato Institucional número 5, o AI5, em 13 de dezembro de 1968.

A tradição intervencionista dos militares foi recorrente ao longo da história republicana no Brasil, no entanto, com a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), articulou-se um projeto de “defesa nacional” para a sociedade brasileira, cultivado e articulado desde a década de 50 na Escola Superior de Guerra (ESG)<sup>75</sup>.

Este projeto, destinado a pensar ideologicamente a questão da segurança nacional, tinha por estratégia o fortalecimento do “poder nacional”, visando não somente a defesa contra possíveis agressões externas, mas, e, principalmente, uma defesa contra um “inimigo interno”: o comunismo.

Dessa forma, dentro da ESG foi tomando corpo um projeto destinado à “resolução dos problemas nacionais”, onde os militares tinham a percepção de que somente eles poderiam atender ao chamamento da Nação.

[...] foi graças à doutrina de Segurança Nacional e ao treinamento desenvolvido pela Escola Superior de Guerra, haveria “dentro das Forças Armadas um nível de confiança relativamente elevado de que elas contavam com membros

---

75 Três anos depois da criação da similar norte-americana – O “*National War College*” – é fundada aqui a Escola Superior de Guerra, sob jurisdição do Estado Maior das Forças Armadas. BRASIL NUNCA MAIS: **Um Relato para a História**. 15 ed. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 70.

possuidores de uma solução relevante para os problemas brasileiros e que estavam tecnicamente preparadas para governar”. (STEPAN, 1975, p.43)

Da Escola Superior de Guerra germinaram a ideologia de Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e também o Serviço Nacional de Informação (SNI), dois órgãos destinados a dar sustentação ao regime iniciado em 1964. Dentre diversos militares envolvidos neste projeto de “Segurança Nacional”, destacou-se o general Goubery do Couto e Silva, o seu principal idealizador. O SNI foi o principal sustentáculo do novo sistema político do pós-64.

A crise política, que culminou com o golpe de 1964, intensificou-se nos primeiros meses daquele ano, quando da tentativa de implementação das chamadas reformas de base do governo João Goulart. Agitação na caserna, porém, começou no ano anterior, quando em setembro de 1963, vários movimentos contestatórios partiram principalmente das praças<sup>76</sup>, dentre eles o de maior repercussão foi a chamada “Revolta dos Sargentos” em Brasília.

Esta “ameaça” à disciplina e a hierarquia serviu de pretexto aos generais para a implementação de uma política de enfraquecimento do governo de João Goulart. Para conseguir este intento, os militares contaram com a participação e articulação do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), órgãos que se empenharam em opulenta propaganda antigovernamental em todo o país.

O clímax político da crise foi atingido nos primeiros meses de 1964, quando o movimento pelas reformas revela ter penetrado também nas bases militares. Já em setembro de 1963 os generais também usam, a partir daí, o pretexto da disciplina hierárquica para enfraquecer Goulart, impondo-lhe recuos. (BNM, 1986, p.59)

---

76 São designadas *praças* nas Forças Armadas, os Subtenentes, os sargentos e os cabos e soldados. Os demais militares, como os tenentes, capitães, majores e coronéis pertencem ao grupo dos oficiais.

Na concepção dos oficiais generais, havia uma articulação do governo João Goulart visando um golpe que colocaria em cargos estratégicos militares de sua confiança. Esta desconfiança aumentou com a aproximação de João Goulart com os subtenentes e sargentos, que representam um contingente maior do que o dos oficiais e que possuíam um poder de persuasão sobre a classe dos cabos e soldados. Além disso,

[...] critérios políticos para promoções no Exército sugeriam aos militares, que Goulart teria a intenção de constituir, para fins golpistas, uma força militar que lhe fosse leal, ecoavam boatos sobre ‘exércitos populares’ que não eram desmentidos pelo apoio de Goulart aos cabos, sargentos e suboficiais. (FICO, 2004, p. 43)

### **A agitação na caserna: Formação e a ação do grupo do Capitão Carlos Lamarca**

Carlos Lamarca sempre procurou firmar sua liderança entre seus subordinados, exercendo forte influência sobre os mesmos. O ambiente de tensão e de reivindicações por direitos políticos, principalmente pelos subtenentes e sargentos das Forças Armadas, foi constante no início dos anos 60, sendo que toda a movimentação das praças estava sob a mira dos serviços de inteligência das três Forças.

Em 10 de janeiro de 1963, o clube dos suboficiais, subtenentes e sargentos das Forças Armadas e Auxiliares (CSSSFAA), criou a Comissão de Defesa da Elegibilidade dos Sargentos (CODES), que logo, iniciou uma campanha baseada nos “slogans”: “Sargento também é povo” e “Exigimos respeito ao voto popular”. “Iniciava-se uma fase de agitação, com reuniões, comícios, panfletagens, e de declarações à imprensa, sendo também detectado um movimento para forçar Jango a cumprir promessas feitas, ainda que com o emprego da força”<sup>77</sup>.

---

<sup>77</sup> Em setembro de 1963, o Supremo Tribunal Federal (STF) se pronunciou contra o registro da candidatura de um militar, o sargento Aimoré Zoch Cavalheiro, eleito deputado estadual pelo PDT do Rio Grande do Sul, o que resultou em um grande protesto no interior das Forças Armadas. O levante teve início em Brasília no dia 12 de setembro de 1963, ficando conhecido como “Revolta dos Sargentos de Brasília”. BRASIL NUNCA MAIS: **A origem do Regime Militar**. 15 ed. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 59.

A participação ativa de subtenentes e sargentos em eventos políticos estava se tornando realidade, e a mobilização de cabos e soldados desagradava o alto escalão das Forças Armadas.

Em 6 de março de 1963, em São Paulo, realizou-se uma passeata pela posse dos sargentos eleitos, com a participação de soldados, cabos sargentos e políticos, durante a qual os militares da Aeronáutica e da Força Pública de São Paulo compareceram fardados. (PROJETO ORVIL, 1985, p. 75)

No segundo semestre de 1963 e início de 1964, a situação dentro dos quartéis era de instabilidade, pois diversos militares estavam diretamente ligados a movimentos políticos e ocorria uma “aproximação” do presidente João Goulart com as bases das Forças Armadas, principalmente com os subtenentes e sargentos, o que, obviamente, desagradava aos oficiais generais.

A situação nessa época era de incertezas. Existia nos quartéis um grande número de militantes comunistas infiltrados, principalmente no meio dos sargentos, que vinham sendo doutrinados havia muito tempo. A mobilização de alguns graduados, ligados ao PCB, visava a desestabilizar a disciplina e a hierarquia. (USTRA, 2006, p.80)

Após a “Revolta dos Sargentos”, que ocorreu em novembro de 1963, em Brasília, a participação deste segmento das Forças Armadas em atos políticos ficou mais latente. Outro fato marcante foi a participação de militares no grande comício de 13 de março de 1964, na Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Entretanto, o episódio que mais demonstrou a força política das praças foi uma assembléia no Automóvel Clube do Rio de Janeiro, na noite de 30 de março de 1964, onde o presidente João Goulart, após um jantar promovido pelos sargentos, ouviu discursos inflamados dos sargentos em apoio às reformas de base do governo <sup>78</sup>.

---

78 A gota d'água do Golpe de 1964 foi o encontro de Jango na Assembléia com os sargentos, no Automóvel Club, em 30 de março de 1964, véspera da Contra-Revolução – **Jornal o Globo**, 27 Mar 2004.

Eram evidentes os sinais de afronta aos preceitos hierárquicos por parte da tropa, principalmente por algumas praças que não estavam satisfeitos com suas carreiras e lutavam pelo direito de participação na vida política do país. Certamente isto desagradava aos oficiais gerais que não viam com bons olhos a politização dos subtenentes e sargentos e a aproximação destes com o presidente da república.

Os sinais de conspiração janguista podiam ser vistos por toda a parte, segundo Júlio Mesquita Filho. O próprio governo orientava as greves que se sucediam e incentivava a quebra de hierarquia militar, apoiando os sargentos e marinheiros em rebelião contra seus superiores [...] A disciplina militar se deteriorava rapidamente. Havia insatisfação nos quartéis. Alguns militares aliaram-se à subversão e procuravam levá-la para o interior dos quartéis. Em março de 1962, a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil foi fundada. (USTRA, 2006, p.58)

A Revolta dos Sargentos foi liderada pelo sargento da Força Aérea Brasileira (FAB), Antonio Prestes de Paula, e contou com a participação de 600 militares entre cabos, sargentos e suboficiais da Marinha e da Aeronáutica. Este movimento de grande vulto foi o estopim para o desencadeamento de outros movimentos contestatórios nas Forças Armadas.

Os revoltosos ocuparam, na capital federal, o Departamento Federal de Segurança Pública, a Estação Central de Radiopatrulha, o Ministério da Marinha e o Departamento de Telefones Urbanos e Interurbanos, e, a seguir, prenderam alguns oficiais, levando-os para a Base Aérea de Brasília. (USTRA, 2006, p.60)

Com o desencadeamento do golpe, em março de 64, a situação no interior das Forças Armadas ficou insustentável para aqueles que não aderiram ou que não concordavam com o novo regime. Nos primeiros momentos pós-golpe houve uma operação destinada a fazer uma “esterilização” nas Forças Armadas, com uma campanha de perseguição e represálias



aos militares chamados legalistas ou suspeitos de serem simpatizantes da doutrina comunista.

[...] quase todos os militares remanescentes do golpe (pois muitos foram afastados em 1964) estavam identificados com a “utopia autoritária”, mas sua adesão a tal projeto variava conforme prevalecesse uma ou outra dimensão. Assim, foram constantes os choques entre algumas dessas instâncias, mas algum grau de violência era admitido por todos e a comunidade de informação teve função muito importante na propagação da defesa da necessidade da repressão *strito sensu*, mas também da censura, do combate à corrupção, da utilização dos meios de comunicação para a propaganda etc. (FICO, 2004, p.39)

Neste clima de tensão permanente, ocorreu no interior dos quartéis um processo intenso de perseguições, prisões e expulsões daqueles militares suspeitos de conivência com o governo deposto. Logo após o golpe “Foram reformados compulsoriamente 77 oficiais do Exército, 14 da Marinha e 31 da Aeronáutica”.

O estudo dos 38 processos que atingiram militares, revelou que apenas quatro deles são posteriores a 1964, como a significar que a cirurgia executada pelos generais de abril, para eliminar qualquer foco de oposição dentro do meio militar, alcançou êxito. [...] o mais gigantesco desses processos resultou de IPM determinado, a 3 de abril de 1964, pelo recém-empossado ministro da Marinha, Augusto Rademacker Grunewald, atingindo a espantosa cifra de 1.123 indiciados, dos quais 284 foram judicialmente processados, todos eles marinheiros ou fuzileiros navais. (BNM, 1986, p.61)

Durante o período de maior efervescência política no início dos

anos 60, Lamarca estava em uma missão externa, na Faixa de Gaza na Palestina, onde serviu por treze meses. Retornando ao Brasil, foi transferido, em outubro de 1963, para a então 6ª Companhia de Polícia do Exército, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.

Simpático ao Governo João Goulart e as suas reformas de base, Lamarca não aceitava sua deposição; no entanto não manifestava sua opção política/ideológica abertamente, e seu comportamento era a de um oficial comum, cumpridor de suas obrigações e de suas atribuições na caserna, vindo, aliás, destacando-se dos demais oficiais em várias atividades militares, como por exemplo, em campeonatos de tiros.

Lamarca comete seu primeiro ato de “rebeldia” em novembro 1964.

Em 26 de novembro de 1964, foi preso em Porto Alegre, quando embarcava para Montevideu, o ex-capitão da Força Aérea Brasileira, Alfredo Ribeiro Daudt, implicado na “Operação Pintassilgo”. Dada a sua periculosidade e audácia, Daudt foi transferido do DOPS para o quartel da 6ª Cia. PE [ Companhia de Polícia do Exército, em Porto Alegre-RS], considerado um local mais seguro. Na madrugada de 13 de dezembro, sete dias após sua transferência para aquela organização militar, o ex-capitão da FAB logrou evadir-se. Era um caso inédito naquela Companhia. Por ‘coincidência’, o Fiscal (oficial) de Dia à 6ª Cia. PE, de 12 para 13 de dezembro de 1964, era o 1º Tenente Lamarca. (PROJETO ORVIL, 1987, p. 424)

Diante dessa situação de desconfiança e perda de credibilidade perante os demais oficiais de seu quartel, Lamarca pede sua transferência em meados de 1965, para sua antiga Organização Militar na qual já havia servido, em Quitaúna, Osasco, no Estado de São Paulo. Ali Lamarca começa a agir, pensar politicamente e a questionar o Regime Militar <sup>79</sup>.

---

79 “Escolhi a carreira militar por entender que as Forças Armadas teriam condições de contribuir para o desenvolvimento e emancipação do meu País. [...] Logo me desiludi. O Exército Brasileiro – nos seus escalões superiores – é a vanguarda de reação no Brasil. [...] serve de instrumento às classes dominantes para manter sua atual situação de privilégios, que sustenta a imensa maioria da população brasileira em terríveis condições de exploração, miséria, analfabetismo e doença”. Entrevista concedida por Carlos Lamarca a “*Punto Final*”, do Chile, e publicada em junho de 1971, em ‘*Cadernos de Marcha*’, um órgão marxista editado mensalmente no Uruguai. **O Estado de São Paulo, De filho e soldado exemplar a líder do terrorismo.** São Paulo, 19 Set. 1971.

Num ímpeto de ousar pensar por si mesmo e tomar as rédeas de seu próprio destino, Lamarca adota como lema “*Ousar Lutar, Ousar Vencer*”, e com um pequeno grupo de militares começa a planejar ações de desvio de munições e armamento de seu quartel. Começa manter contatos com organizações de esquerdas, como a Ação de Libertação Nacional (ALN) de Carlos Marighella, e com aquela que viria a se tornar mais tarde a Vanguarda Popular Revolucionária, a VPR.

Em 1967, Lamarca já em contato com Marighella (sic) e com o PC do B, resolveu se unir ao primeiro e convidou o sargento Darcy para fazer o mesmo. No primeiro semestre de 1968, por intermédio do ex-sargento Onofre Pinto, os dois ingressaram na VPR e passaram a trabalhar para criar uma célula dessa organização no 4º RI. Conseguiram adesão do soldado Carlos Roberto Zanirato e do cabo José Mariani. (USTRA, 2006, p.202)

A articulação dentro do 4º Regimento de Infantaria se dá de maneira sorrateira, sem despertar suspeitas, mas as ações já eram de alto risco.

Após o contato do Lamarca com Onofre Pinto, o capitão e Darcy ingressaram na organização subversiva e começaram a trabalhar em busca da ampliação da célula no Regimento. Desde logo passaram a fornecer à organização fichas de instrução versando sobre exercícios de tiro, destruições, manuseios de explosivos, etc., além de munição. [...] Em três meses, conseguiram, desta forma, desviar cerca de 2000 tiros para FAL, 50 tiros de metralhadora INA e 30 tiros para pistola. (PROJETO ORVIL, 1987, p. 425)

Paralelamente, Lamarca seguia suas atribuições diárias no

4º RI, sem levantar suspeita e desempenhando missões importantes com afinco<sup>80</sup>. O jornal Folha de São Paulo na sua edição do dia 22 de janeiro de 1969, antevéspera da data da deserção de Lamarca, trazia fotos de duas moças, uma contando dinheiro no banco, e outra manuseando armas numa instrução de tiro com Lamarca, com destaque para a manchete: “Caixas aprendem a defender-se a tiros: Após 50 dias de treinamento as jovens caixas agora contam dinheiro e manejam armas com a mesma habilidade”<sup>81</sup>.

Começa então todo o planejamento e articulação da “célula” do 4º Regimento de Infantaria com organizações de esquerda VPR e ALN, para a operação subversiva mais ousada e impactante que mudaria os rumos da história da luta armada no Brasil naquele início de 1969: O resgate do Capitão Carlos Lamarca e seu grupo do interior do 4º Regimento de Infantaria, ocorrido em 24 de janeiro daquele ano. Lamarca escolheu seu destino e sabia de sua pena de morte estaria anunciada<sup>82</sup>.

### Sobre a formação ideológica de Carlos Lamarca

---

80 Em novembro de 1968, os diretores do Banco Brasileiro de Descontos, [Bradesco], resolveram pedir ao II Exército que indicasse um oficial para ensinar suas funcionárias a atirar, como maneira de evitar os assaltos de terroristas a bancos de São Paulo. O oficial escolhido foi Carlos Lamarca que para as moças era um “sujeito bonzinho, que não falava muito, mas atirava muito bem”. No dia 24 [22] de janeiro de 1968, Lamarca deu sua última aula. [...] em todos os exercícios e manobras Lamarca gostava de fazer a parte de “guerrilheiro”, e nestas ocasiões, dava muito trabalho aos “legais”; em todas as passeatas que havia em São Paulo, ele era sempre o primeiro a convocar seus comandados para “acabar com a brincadeira dos estudantes”. Alguns oficiais temiam que Lamarca fosse capaz de violências contra os estudantes, tão grande era sua vontade de sair às ruas para “restabelecer a ordem e o sossego de quem merece”. **“A Carreira do capitão Carlos Lamarca, um oficial de folha limpa, muito elogiado por seus colegas e até por seus superiores.”** Jornal da Tarde. São Paulo, 20 Set. 1971.

81 Marina Moura Carvalho caixa da agência Nova Central do Banco Brasileiro de Descontos é uma das 20 moças que aquele estabelecimento enviou ao Quartel do 4º RI, em Quitaúna, para um período de treinamento sob os cuidados do capitão Lamarca e do tenente Valdevir. Em 50 dias as 20 funcionárias (todas caixas) já eram consideradas exímias atiradoras com armas leves de baixo calibre, carabinas de rajada e metralhadoras pesadas. **“Caixas aprendem a defender-se a tiros: Após 50 dias de treinamento as jovens caixas agora contam dinheiro e manejam armas com a mesma habilidade”**. Folha de São Paulo, São Paulo, 22 Jan 1969.

82 “Além de ser nervoso, é um atirador perfeito. Sabe muito bem que, quando for preso, responderá por crimes que o condenarão a passar o resto da vida na cadeia. Por isso mesmo, Lamarca é muito perigoso. É um homem que enfrentará quem aparecer para prendê-lo. Essa é a razão de acharmos difícil que ele não morra. Existe ordem de, caso ele reagir, atirar para matar. E é mais do que certo que ele vai reagir”. **“NO SEU SILENCIO, GUARDAVA O SEGREDO DO TERROR.”** Jornal da Tarde, São Paulo, 23 Mai 1979.

Vários jornais traziam entrevistas, manuscritos e cartas que supostamente seriam de Lamarca<sup>83</sup>, assim, na reportagem sobre as divisões do terrorismo, o Jornal da Tarde, do dia 29 Set 1971 traz detalhes sobre o início da militância política e da formação ideológica de Carlos Lamarca.

O Jornal O Estado de São Paulo traz alguns indícios sobre a formação ideológica de Lamarca. Com o título “*O terrorista expõe sua doutrina*”, o jornal dá ao leitor acesso ao que seria o “pensamento político do Capitão da Guerrilha”, através de fragmentos extraídos de uma entrevista concedida por Lamarca ao jornal “*Punto Final*”, transcritos nos “*cuadernos de marcha*”, editado mensalmente no Uruguai pelo jornalista Paulo R. Schillings, sob o título “O pensamento político de Carlos Lamarca”.

Sobre sua perspectiva de implementar uma Revolução no Brasil Lamarca teria respondido:

O campo é o elo mais fraco da cadeia imperialista. Nele se concentram as contradições mais agudas geradas pelo capitalismo brasileiro. Nele vive a maior parte da população brasileira e a imensa maioria dos explorados. Para modificar a situação agrária brasileira, é necessário romper com todo o sistema, baseado e construído exatamente sobre o atraso e miséria de nossas regiões rurais.<sup>84</sup>

Lamarca prossegue,

No campo construiremos a primeira coluna guerrilheira alternativa do poder das classes dominantes, embrião do futuro exército popular. Construir este exército no Brasil não signi-

83 “Fui politizado em 1954 na campanha de o petróleo é Nosso. Com a deformação que o Partido inculca, confundindo a tática a empregar com a confusão do nacionalismo. Participei de grupos de estudos até 1962, quando praticamente iniciei o “estudo” dos clássicos do Marxismo, naquela visão deformadora (não entendia nada – ilegível) da época. Em 1962 também iniciei o estudo de guerrilha e fiz parte de um grupo para desencadeá-la a longo prazo (sic) com uma p. (sic) visão militarista) – posição nossa na época sobre o movimento de massas: “vai dar cocô”. “**As divisões do terrorismo**”. Jornal da Tarde, SP, 29 Set 1971.

84 “As divisões do terrorismo”. **Jornal da Tarde**, SP, 29 Set 1971.

fica, entretanto, somente a coluna guerrilheira, se não forem implantadas guerrilhas irregulares em todas as pontas importantes do País. [...] A classe trabalhadora brasileira, apesar de estar impregnada por um longo período de reformismo, amordaçada e reprimida pela violenta ditadura brasileira, terá um papel vital no processo revolucionário brasileiro.<sup>85</sup>

Quando questionado sobre o uso da violência como forma de luta política, Lamarca teria respondido que,

Achamos que já chegou o momento de responder à violência do inimigo aplicando a justiça revolucionária. A morte do capitão Candler, por exemplo, foi um ato de advertência colocado por nós nas portas das casas dos opressores da classe trabalhadora em Belo Horizonte. (interventor nos sindicatos dos bancários, dos metalúrgicos, delegado geral do trabalho durante a greve de outubro de 1968).<sup>86</sup>

É importante frisar que no período desses acontecimentos, Lamarca ainda era capitão do Exército, não tendo, portanto, registros de sua participação direta naquelas ações.

### **Lamarca, o sucessor de Marighela.**

Após a morte de Carlos Marighela e de seu substituto na liderança da ALN, Joaquim Câmara Ferreira, considerados pelas forças de segurança como os “terroristas mais perigosos do país”, Lamarca é apontado, por grande parte da mídia brasileira, como o único capaz de substituí-los: “Morte de líderes eleva ex-capitão à liderança”. Com esta chamada, o jornal O Estado de São Paulo destaca: “A ascensão de Carlos Lamarca dentro do esquema terrorista não obedeceu, propriamente a critérios seletivos: fez-se, praticamente, por eliminação, a partir das mortes de Carlos Marighela e

---

85 Ibidem.

86 Ibidem.



---

Joaquim Câmara Ferreira”. (grifo nosso).<sup>87</sup>

Lamarca participou efetivamente de poucas ações, na maioria das vezes, era incumbido do planejamento e da direção geral das ações.

Embora seu nome fosse ligado a grande número de ações terroristas, limitou sua ação pessoal a episódios mais importantes, como os roubos de arma em Quitaúna e do cofre de Ana Capriglioni; o treinamento de guerrilhas no Vale da Paraíba e o seqüestro do embaixador alemão Von Holleben (depoimentos de terroristas presos revelariam, mais tarde, que Lamarca apenas planejou o seqüestro).<sup>88</sup>

As repercussões dessas ações, consideradas de grande audácia, colocaram a VPR de Lamarca na “liderança de fato”, dentro do conturbado panorama da luta armada brasileira; contudo, Lamarca vai angariando prestígio ante as “organizações revolucionárias”. Uma das últimas ações de Carlos Lamarca foi a criação de um centro de treinamento de guerrilha rural no Vale da Ribeira, em São Paulo.

Após a morte de Carlos Lamarca, em setembro de 1971, os jornais começaram a publicar várias reportagens sobre a trajetória de Lamarca, reforçando a criação do “mito” do capitão guerrilheiro, e isto irritou as autoridades dos órgãos de segurança pública.

Com uma chamada “ÓRGÃOS DE SEGURANÇA CONDENAM O SENSACIONALISMO”, o Jornal O Estado de São Paulo trazia, no entre título, a informação de que os órgãos de segurança estavam condenando o “sensacionalismo” feito por alguns jornais em torno da morte de Carlos Lamarca, por considerá-lo prejudicial à juventude brasileira. Para esclarecer aos “jovens que se viam atraídos pelos acenos quixotescos desse falso líder”, aqueles órgãos distribuíram uma nota oficial à imprensa da Guanabara com a imagem de Lamarca que deveria ser passada pela imprensa. A carta tem por título “EX-TERRORISTA CARLOS LAMARCA, TRAIÇÃO

---

87 “Morte de líderes eleva ex-capitão à liderança”. O Estado de São Paulo, SP, 19 Set 1971

88 Ibidem.

E CRIMES”<sup>89</sup>, e o perfil de Lamarca é traçado de forma extremamente negativa, onde as autoridades o descrevem como megalomaníaco e depressivo.<sup>90</sup>

O perfil de Lamarca apresentado pelo jornal representa em si o “signo da traição”<sup>91</sup>. Segundo ABREU (2000), os termos utilizados para definir Carlos Lamarca, como “traidor”, “arrivista”, “exibicionista” e “egoísta”, relacionam ao perfil da figura do guerrilheiro com um comportamento desviante dentro dos padrões culturais e éticos predominantes na sociedade brasileira. Os discursos jornalísticos acerca das ações de Carlos Lamarca foram produzidos, estabelecendo-se vínculos de sua personalidade com a de um indivíduo com predisposição para ações ilícitas.

### A polêmica promoção de Lamarca

Após 36 anos da morte de Lamarca, em 14 de junho de 2007, o jornal Folha de São Paulo trouxe a notícia da sua promoção. “COMISSÃO DE ANISTIA DELCARA LAMARCA CORONEL DO EXÉRCITO”. No entre título temos, “Viúva do guerrilheiro morto em 1971, como capitão, receberá pensão de general”. Com uma foto grande de Lamarca no estande de tiro do 4º Regimento de Infantaria, em Quitaúna, a reportagem traz uma retrospectiva da vida de Carlos Lamarca. Num depoimento do Ministro da Justiça Tarso Genro, Lamarca é lembrado como “Símbolo da resistência radical à ditadura militar”.

89 A morte de Lamarca interrompeu definitivamente uma carreira inexorável de crimes e traições, cujos reflexos negativos incidiram em diversos setores do País, além dos condicionamentos espúrios impostos a vários jovens que se viram atraídos pelos acenos quixotescos desse falso líder. **“Órgãos de seguranças condenam o sensacionalismo”**. O Estado de São Paulo, SP, 19 Set 1971.

90 “O ex-terrorista Lamarca era um homem frustrado e visivelmente recalcado, megalomaniaco por temperamento, prevalecendo seu traço predominante (sic) de depressão acentuada e profunda introspecção. Obstinado, fanático, reacionário e agressivo, incapaz de dialogar ou aceitar sugestões de mudanças no que planejava, mesmo reconhecendo a possibilidade do desastre decorrente. Anseio constante de autoafirmação, de ser comentado, elogiado e conhecido como personalidade importante, condições que buscava a qualquer custo mesmo a troco de insucessos de seus principais amigos”. (grifo nosso) **“Órgãos de seguranças condenam o sensacionalismo”**. O Estado de São Paulo, SP, 19 Set 1971.

91 “[...] traiu seus pais, aos quais abandonou alheio aos sacrifícios realizados. Traiu sua esposa e seus filhos, enganando-os com promessas de futura reconciliação em Cuba, passando depois a viver com várias amantes terroristas, fixando-se em Yara Yavelberg. Traiu o Exército, que o educou e formou sua personalidade cívica [...] traiu sua Pátria quando, desfrutando da sua cidadania como oficial do Exército, roubou e utilizou as armas confiadas à sua responsabilidade pelo povo, para matar e destruir.

No mesmo jornal, temos depoimentos que demonstram que as divergências históricas acerca da opção de Lamarca de “mudar de lado”, ainda permanecem. O cientista político Leôncio Martins Rodrigues referiu-se assim sobre a decisão da Comissão de Anistia: “É uma recompensa a quem queria instaurar uma ditadura socialista no Brasil; Lamarca não combateu em nome da democracia”. O Professor de história da Universidade Federal São Carlos acrescentou: “[...] a decisão pode desmoralizar a história brasileira”. Já Jacob Gorender, um dos maiores especialistas no estudo da luta armada no Brasil afirmou: “A população vai entender muito bem essa indenização; ele está na memória do povo como um rebelde, um insurreto. Será lembrado pelas novas gerações.” O coronel da reserva do Exército, Jarbas Passarinho, ex-ministro de Emílio Garrastazu Médici declarou: “Lamarca matou um rapaz que se apresentou voluntariamente para salvar seus soldados. A impressão é que se está numa república democrática popular”.<sup>92</sup>

Em 17 de junho de 2007, o “Caso Lamarca” ainda ocupou página inteira do jornal Folha de São Paulo. “Para Comissão de Anistia, reação do Exército é natural – Órgão do Ministério da Justiça foi criticado por militares depois de conceder a patente de coronel a Carlos Lamarca”. Em 15 de setembro, foi publicado: “Oficiais tentam anular promoção de Lamarca – Clube Militar, Naval e da Aeronáutica, que reúnem militares da reserva, vão à justiça para anular portaria do governo”. A batalha judicial se arrasta, e em outubro de 2007, a Justiça Federal do Rio de Janeiro caça, através de liminar, a promoção de Lamarca. O jornal o Estado de São Paulo informa: “O governo vai recorrer no Caso Lamarca”.

## Considerações Finais

Ao analisarmos a trajetória do Capitão e guerrilheiro Carlos Lamarca na imprensa brasileira, tivemos em mente que a observação de um aspecto ou fato social, sem compreender as implicações e condições dos diversos atores sociais envolvidos naquele momento histórico, nos levaria a uma percepção parcial dos fatos. Durante nossa análise pudemos perceber o modo como a maioria dos jornais encampava o discurso oficial, numa narrativa pautada na transcrição integral de notas informativas, assumindo, desta forma, uma versão unilateral dos fatos, ou seja, a dos órgãos de segurança.

92 Jarbas Passarinho esta se referindo ao “justiçamento” comandado por Lamarca, no qual um “tribunal revolucionário” condenou a morte o tenente Mendes, da Polícia Militar do Estado de São Paulo, durante combates no Vale da Ribeira.

Durante sua curta carreira no Exército Brasileiro, Lamarca viu-se numa encruzilhada com o golpe de 64: Servir a um Exército que julgava ser o guardião de um regime político instaurado através do uso da força; ou, ao contrário, optar por um caminho não menos árduo, quase utópico, de pegar em armas em nome de um ideal e do que achava ser melhor para o povo brasileiro, lutando contra o que acreditava ser a opressão e o arbítrio.

Lamarca escolheu a clandestinidade, a oposição radical ao regime militar em nome de uma ética, ou melhor, de sua própria ética, que sempre o fez “pensar por si mesmo”, e, desta forma, ser senhor de seu próprio destino.

Após sua morte, a imprensa seguiu publicando na íntegra as notas recebidas, onde adjetivos com “traidor”, “terrorista”, “assassino”, “megalomaniaco”, “transtornado”, “excêntrico”, faziam parte da tentativa de se evitar que Lamarca saísse diretamente do Sertão Baiano “para as paredes ingenuamente contestadora do quarto de algum estudante romântico”, transformando-se assim, num mito.

Em 2007, após 36 anos de sua morte, O Capitão Carlos Lamarca volta a ser notícia, desta vez pela anistia e promoção concedida pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República. Agora a polêmica acerca de sua promoção se restringia às opiniões de alguns historiadores, estudiosos, militares inativos, além de representantes do grupo Tortura Nunca Mais.

Dentro do Exército seu nome segue sendo um tabu, mas definitivamente Carlos Lamarca é um grande personagem da história da resistência ao Regime Militar no Brasil, e, independente do viés ideológico que moveu suas ações, seu nome deve ser lembrado.

## REFERENCIAS

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968/1978)**. São Paulo: EDUSC, 1999.

BRASIL NUNCA MAIS: **Um Relato para a História**. 15 ed. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 70.

CAPELATO, Maria Helena & PRADO, L. P. **Imprensa: fábrica de notícia. Cadernos de jornalismo e editoração**. São Paulo: ECA/USP, n.11, n 25, jun-1990.

FICO, Carlos. **As controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24. nº 47. p. 30, 2004.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A esquerda Brasileira: Das Ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Ática, 1987.

JOSÉ, Emiliano; MIRANDA, Oldack. **Lamarca, O capitão da guerrilha**. São Paulo: Global, 1980.

MACIEL, W. A. 2003. **Repressão judicial no Brasil: O Capitão Carlos Lamarca e a VPR na Justiça Militar (1969-1971)**. Dissertação de Mestrado em História Social. São Paulo: USP. 2003- Wilma Antunes Maciel.

MOTTER, Maria Lourdes. **Ficção e História: Imprensa e Construção da Realidade**. São Paulo: Arte & Ciência Vilipress, 2001.

MOTTER, Maria Lourdes. **Lamarca: um nome para ser lembrado**. São Paulo: Revista Crítica de Comunicação e Educação, pp. 70-74, Set.1994.

PROJETO ORVIL: **As tentativas de tomada do poder**. Disponível em [www.averdadesufocada.com](http://www.averdadesufocada.com), acesso em 2007.

STEPAN, Alfred. **Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

TAVARES, Kleber da Silva. **A ética castrense e a intervenção militar como**

**recurso de manutenção da ordem institucional.** Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal do Espírito Santo: Vitória, 2009.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. **A verdade sufocada. A história que a esquerda não quer que o Brasil conheça.** Brasília: Editora Ser, 2006.